

**The text that follows is a REPRINT
O texto que segue é um REPRINT.**

Please cite as:
Favor citar como:

**Fearnside, P.M. 2019. Belo Monte:
Atores e argumentos na luta sobre
a barragem amazônica mais
controversa do Brasil.** pp. 23-36. In:
P.M. Fearnside (ed.) *Hidrelétricas na
Amazônia: Impactos Ambientais e Sociais na
Tomada de Decisões sobre Grandes Obras.*
Vol. 3. Editora do INPA, Manaus. 148 p.

[Tradução de: Fearnside, P.M. 2017. Belo Monte: Actors and arguments in the struggle over Brazil's most controversial Amazonian dam. *Die Erde* 148 (1): 14-26.
<https://doi.org/10.12854/erde-148-127.>]

ISBN: 978-85-211-0XXX-X (impreso), ISBN: 978-85-211-0XXX-X (*on-line*)

Copyright: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia-INPA

The original publication is available from:
A publicação original está disponível de:

<http://livrariadoinpa.nuvemshop.com.br/> ou envie e-mail para: editora.vendas@gmail.com;
editora@inpa.gov.br. Telefones: (92) 3643-3223, 3643-3438.

Download grátis em: http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/2019/Hidro-v3/Livro_Hidrelétricas_Vol_3.pdf

Capítulo 2

Belo Monte: Atores e argumentos na luta sobre a barragem amazônica mais controversa do Brasil

Philip M. Fearnside

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA).
Av. André Araújo, 2936 - CEP: 69.067-375, Manaus, Amazonas, Brasil.
E-mail: pmfearn@inpa.gov.br

Tradução de:

Fearnside, P.M. 2017. Belo Monte: Actors and arguments in the struggle over Brazil's most controversial Amazonian dam. *Die Erde* 148 (1): 14-26. <https://doi.org/10.12854/erde-148-127>.

RESUMO

O reservatório da barragem de Belo Monte foi enchido em dezembro de 2015. O planejamento, licenciamento e construção da barragem haviam seguido inexoravelmente em frente apesar da oposição de vítimas locais dessa obra e de um vasto leque de outros atores. Argumentos lógicos, legais e éticos tinham menos efeito do que as forças políticas e empresariais, priorizando a barragem. Parte da destruição ambiental e da violação dos direitos humanos em Belo Monte foi, aparentemente, financiada pelos contribuintes na Europa e América do Norte com recursos passados por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na forma de empréstimos de política de desenvolvimento (DPLs) concedidos para o Brasil pelo Banco Mundial. Isso abre a oportunidade para reformas no Banco Mundial para eliminar lacunas que permitem financiamentos através de intermediários financeiros. O custo humano e ambiental de Belo Monte também deve fazer com que os governos e as instituições financeiras reconsiderassem a promoção de barragens como sua principal resposta às questões energéticas.

Palavras-chave: Hidrelétricas; povos indígenas; represas; Amazônia; movimentos sociais

INTRODUÇÃO

A Belo Monte é uma usina hidrelétrica no Rio Xingu, um afluente do Rio Amazonas que flui para o norte no Estado do Pará (Figura 1). O reservatório foi enchido em dezembro de 2015 e a geração de eletricidade começou em 2016 na casa de força auxiliar de 233-MW, com a capacidade instalada completa de 11.233 MW de Belo Monte para ser concluída em 2019 (Brasil, MME/EPE, 2015, p. 100). Quando plenamente operacional, a barragem vai deixar um trecho de 100 km do rio com apenas 20% da sua vazão normal, afetando diretamente duas áreas indígenas e uma população de ribeirinhos tradicionais neste trecho de "vazão reduzida", além de uma terceira área indígena no Rio Bacajá (um pequeno afluente que desagua no Xingu neste trecho), dentre outros impactos (Figura 2). Outros ribeirinhos e parte da cidade de Altamira estão inundados pelo reservatório. Mesmo grandes, os impactos de Belo Monte em si empalidecem em comparação com os impactos esperados que esta barragem desencadearia rio acima, sendo Belo Monte a força

motriz para construção de outras barragens, especialmente a barragem de Babaquara (oficialmente rebatizada como a barragem "Altamira"). O Rio Xingu tem uma das maiores variações anuais na vazão de água de todos os afluentes do Rio Amazonas, com vazões na época da enchente até 60 vezes aquelas da época da vazante. Durante três meses do ano no período de baixa vazão o rio tem água insuficiente para uma única turbina dentre as 18 turbinas na casa de força principal, de 11.000 MW, deixando apenas a casa de força auxiliar de 233 MW em operação. Belo Monte é uma barragem a fio d'água, não uma barragem de armazenamento, e a sua geração elétrica, portanto, depende inteiramente da vazão diária do rio. Como as turbinas são a parte mais cara de qualquer projeto hidrelétrico, a construção de uma barragem que deixa 11.000 MW inativos por três meses é difícil de explicar como decisão econômica e financeira.

A resposta para como uma barragem nessas condições poderia vir a ser considerada reside nos planos oficialmente negados para construir outras barragens rio acima de Belo Monte, a fim de armazenar água para ser liberada durante o período de baixa vazão. Essas barragens inundariam vastas áreas de terra indígena. As proteções nas leis do Brasil, a Constituição e os acordos internacionais foram ignorados repetidamente na medida em que o projeto de Belo Monte avançou (Fearnside, 2017a). Os esforços de oposição da população local, organizações ambientalistas e dos direitos humanos, e a comunidade acadêmica foram muito maiores do que nos casos de outras represas amazônicas de alto impacto, tais como aquelas nos Rios Tapajós e Madeira. No entanto, o projeto avançou inexoravelmente até tornar Belo Monte um fato consumado. O projeto de barragem era imune a todos os argumentos – lógicos, jurídicos e morais – e foi bem sucedido na obtenção de suporte nas agências governamentais que o promoveram, nos bancos que o financiaram e nas empresas que investiram nele. Como isso chegou a acontecer e que lições podem ser aprendidas?

ATORES NA LUTA PELA BELO MONTE

Atores pró-barragem

Uma gama de atores compõe os dois lados da luta sobre Belo Monte. Atores pró-barragem incluem as empresas de construção e indústrias produtoras de alumínio e outros produtos eletro-intensivos,

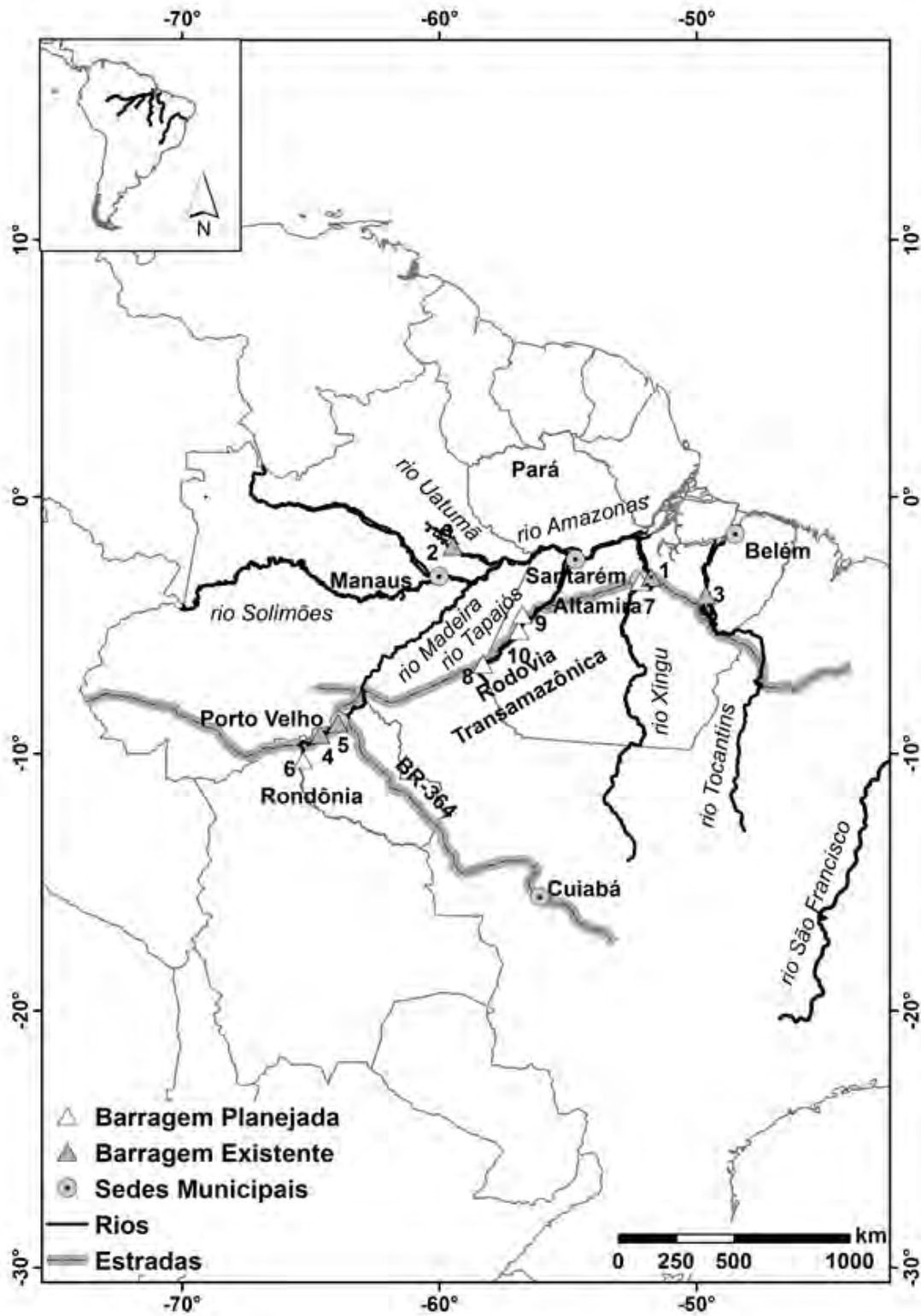


Figura 1. Locais mencionados no texto. Barragens: 1.) Belo Monte, 2.) Balbina, 3.) Tucuruí, 4.) Jirau, 5.) Santo Antônio, 6.) Cachoeira Riberão (Gujará-Mirim), 7.) Babaquara (Altamira), 8.) Chacorão, 9.), São Luiz do Tapajós, 10.) Jatobá.

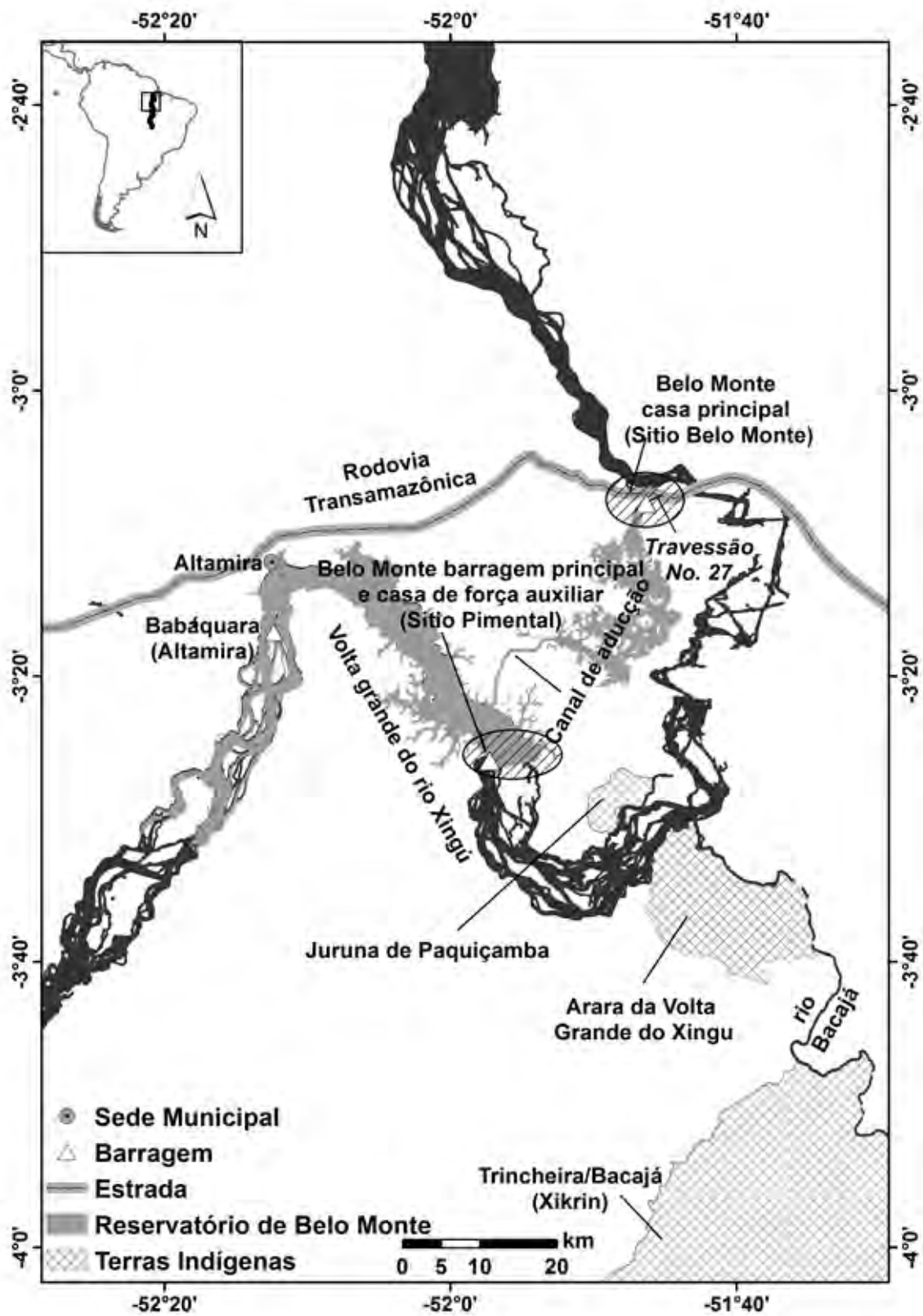


Figura 2. Belo Monte e a área circundante.

empresas de consultoria que preparam relatórios de impacto no processo de licenciamento, os vários grupos de "barrageiros" individuais (engenheiros e outros profissionais, incluindo alguns acadêmicos, que trabalham no esforço de construção de barragens) e agências governamentais que planejam e promovem as barragens, tais como Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRÁS), a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Há também interesses de negócios influentes que lucram com a venda de bens e serviços para o esforço de construção de barragens, incluindo a elite comercial de Altamira. Em 2009, os empresários locais e outros apoiando a barragem fundaram o Fórum Regional de Desenvolvimento Econômico e Socioambiental da Transamazônica e Xingu (Fort Xingu). Finalmente, existem políticos em todos os níveis para os quais grandes projetos como represas são úteis como conquistas visíveis que podem ganhar votos nas eleições subsequentes. Em janeiro de 2013, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) liberou informações pela primeira vez sobre doações para campanhas políticas: os quatro maiores para campanhas políticas no Brasil na década anterior eram empresas de construção que constroem barragens na Amazônia (Gama, 2013). Três dos quatro maiores doadores para a campanha presidencial de 2010 de Dilma Rousseff foram grandes empresas de construção (Zampier, 2010).

A investigação "Lava Jato" sobre um escândalo maciço de corrupção foi inicialmente focada na Petrobrás (a companhia de petróleo do governo). Vários executivos que têm colaborado com a investigação em troca para sentenças mais leves afirmaram que o mesmo regime que se aplica ao setor petrolífero também se aplica ao setor elétrico (Casado, 2015; Stauffer, 2015). O diretor-presidente da empresa construtora Camargo Corrêa confessou-se ter pago subornos para obter contratos de construção de Belo Monte (*Amazonas em Tempo*, 2015). A Construtora Andrade Gutierrez também pagou subornos para os contratos de Belo Monte, e o ex-presidente da empresa está em negociações para revelar detalhes como parte de um acordo que lhe permitiu sair da prisão federal para prisão domiciliar enquanto ele enfrenta acusações de procuradores federais de "corrupção, lavagem de dinheiro e participação em uma organização criminoso" (Carvalho & Ezero, 2016).

Em comparação com opções tais como a conservação de energia ou cessar exportação de alumínio, as barragens têm uma grande vantagem no processo

decisório, devido à possibilidade dos tomadores de decisão e seus partidos políticos obtiveram apoio financeiro de prestadores de serviços interessados em projetos de construção, seja este apoio obtido como doações políticas legais, como doações ilegais de fundos secretos de campanha ("caixa dois") ou como simples subornos ("propinas") aos políticos-chaves. Em março de 2016 o ex-líder do Partido dos Trabalhadores (PT) no Senado Federal fez uma confissão longa ao Ministério Público Federal em troca de clemência no processo oriundo da investigação Lava Jato. Seu depoimento juramentado de 254 páginas (Amaral, 2016) foi liberado pelo juiz federal encarregado do caso e inclui o seguinte sobre Belo Monte (p. 69-70):

"...[A] propina de Belo Monte serviu como contribuição decisiva para as campanhas eleitorais de 2010 e 2014. O principal agente negociador do Consórcio de Belo Monte foi o empreiteiro FLÁVIO BARRA da [empresa construtora] ANDRADE GUTIERREZ. Os números da propina giravam na casa dos R\$ 30 milhões [na época ~US\$ 15 milhões], destinados às campanhas eleitorais. DELCÍDIO DO AMARAL acredita que os números finais de propina sejam superiores, pois, durante a campanha, houve acordo com relação a "claims" de cerca de R\$ 1,5 bilhões [~US\$ 750 milhões], apresentadas pelo Consórcio. O acordo com relação a "claims" era uma das condições exigidas para aumentar a contribuição eleitoral das empresas. É preciso dizer que a atuação do "triumvirato", formado por SILAS RONDEAU [Ministro de Minas e Energia 2005-2007], ERENICE GUERA [chefe da Casa Civil durante a campanha eleitoral de 2010] e ANTÔNIO PALOCCI [chefe da Casa Civil em 2011], foi fundamental para se chegar ao desenho corporativo e empresarial definitivo do Projeto Belo Monte. DELCÍDIO estima que o valor destinado para as contribuições das campanhas (2010 e 2014) do PMDB e PT atingiram cerca de R\$ 45 milhões [~ US\$ 23 milhões]"

Dilma Vana Rousseff (Presidente do Brasil de janeiro de 2011 até agosto de 2016) serviu no Comitê de Política Energética, de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, na preparação de sua candidatura para a eleição presidencial de outubro de 2002 que iniciou a administração do PT do governo federal. O Presidente Lula nomeou a Dilma como Ministra de Minas e Energia, onde serviu de 2003 até 2005, quando um escândalo de corrupção (o "Mensalão") obrigou o Presidente Lula a substituir o chefe da Casa Civil; a promoção da Dilma para este cargo a tornou a segunda pessoa mais poderosa no governo brasileiro

de 2005 até a sua própria candidatura presidencial em 2010. Durante este tempo, ela ficou conhecida como a "mãe do PAC", referindo-se ao Programa de Aceleração do Crescimento, um pacote de projetos lançado em janeiro de 2007 que incluiu muitas barragens, entre elas Belo Monte. Durante a campanha presidencial de 2010, a publicidade da Dilma destacou a descrição dela como a "mãe do PAC".

O envolvimento pessoal de Dilma na defesa de Belo Monte a tornou o ator mais importante no lado pró-barragem. Um evento emblemático foi uma reunião ministerial em 2011, onde a Ministra do Meio Ambiente tentou levantar a questão de críticas da hidrelétrica de Belo Monte. O jornal *Folha de São Paulo* informou que a Presidente Dilma cortou a Ministra "aos brados", gritando "Vocês têm que entender de uma vez por todas que esse projeto é bom, importante para o país, e vai ser feito!"; o jornal afirma que "Dali para frente, ninguém objetou a mais nada, e todos os ministros passaram a defender publicamente a usina como projeto estratégico para a infraestrutura do país" (Magalhães, 2011).

O chefe da Advocacia Geral da União (AGU), um nomeado presidencial, conseguiu-se repetidamente obter decisões judiciais de um conjunto seleto de juízes para derrubar liminares (decisões preliminares) emitidas pelos tribunais inferiores para parar a Belo Monte na pendência de consulta dos povos indígenas ou na falta de cumprir as condicionantes estabelecidas para a represa. O governo pode contar com um pequeno conjunto de juízes federais que se mostram dispostos para rapidamente emitir decisões anulando esses impedimentos (Millikan & Hurwitz, 2011). Esses juízes estão, portanto, entre os atores-chave do lado pró-barragem.

Pelo menos 60 contestações jurídicas estão ainda pendentes contra Belo Monte nos tribunais brasileiros, inclusive 22 ações civis públicas (AIDA, 2015). Os povos indígenas impactados não foram consultados como exigido pela Convenção 169 da Organização Internacional de Trabalho (OIT) (ILO, 1989), que o Brasil, assinou em 1991 e ratificou em 2002, e converteu em lei brasileira em 2004 (Brasil, PR, 2004). Em 2012, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) decidiu em favor dos povos indígenas em uma dessas ações (Ação Cível nº 2006.39.03.000711-8), assim fornecendo uma barreira jurídica mais substancial à continuação da construção. O chefe da AGU foi capaz de obter uma audiência privada com o juiz chefe do Supremo

Tribunal Federal (STF) e convencê-lo a aceitar um recurso que permitiria a represa avançar na prática. Durante os quatro dias que foi interrompida a construção de Belo Monte, vários membros do poder executivo do governo foram recebidos pelo juiz chefe do STF, e nenhum representante da sociedade civil foi recebido (International Rivers, 2012; ISA, 2012). A decisão, que foi feita pelo juiz chefe sem consultar qualquer dos outros juízes da STF, permitiu a construção continuar enquanto se aguardava uma decisão sobre o mérito do caso em algum momento futuro indeterminado. Isso ocorreu apenas duas semanas antes do juiz chefe alcançar a idade de aposentadoria compulsória e ocorreu no meio do julgamento de alta prioridade do escândalo de corrupção do "mensalão" (Sevá-Filho, 2014). Desde esta decisão de 2012, o caso de Belo Monte nunca apareceu na agenda do Supremo Tribunal Federal para apreciação, e a barragem, na prática, foi construída.

Atores antibarragem

Do lado antibarragem, havia vários grupos de povos indígenas (a montante e a jusante de Belo Monte), os ribeirinhos tradicionais não indígenas tanto do trecho do rio a ser inundado como da Volta Grande do Xingu (o trecho de "vazão reduzida"), e muitos moradores de Altamira. Um ator local importante contra Belo Monte foi a Igreja Católica em Altamira. Dom Erwin Kräutler, Bispo do Xingu, foi um crítico ferrenho dos planos de barragem desde o momento que os planos se tornaram públicos. Devido aos riscos inerentes a esta posição, ele tem guardas de segurança 24 horas por dia e usa um colete à prova de bala sob suas vestimentas (Bratman, 2014, p. 284). Dom Erwin teve acesso aos funcionários de alto nível, e foi para ele que o Presidente Lula prometeu famosamente em julho de 2009 que "não vai empurrar goela abaixo" a Belo Monte (International Rivers, 2009). Dom Erwin mais tarde concluiu que "do que Lula prometeu, nada foi cumprido" (Calixto, 2015).

Um conjunto de ONGs brasileiras de atuação nacional tem apoiado o movimento antirepresa local e tem divulgado as implicações da barragem e tentou influenciar as decisões de governo. Foram especialmente ativos o Instituto Socioambiental (ISA)¹, os Amigos da Terra Amazônia Brasileira ²; a Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPIISP)³, a Comissão Pastoral

1 <http://www.socioambiental.org.br/>

2 <http://www.amazonia.org.br/>

3 <http://www.cpispp.org.br/>

da Terra (CPT)⁴ e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)⁵. ONGs internacionais que tiveram papéis de apoio semelhantes incluem a Sobrevivência Cultural (*Cultural Survival*)⁶, Rios Internacionais (*International Rivers*)⁷ e o Monitoramento da Amazônia (*AmazonWatch*)⁸.

Grupos de indígenas e seus líderes estavam no centro da luta de Belo Monte. Eles mantiveram a pressão sobre os funcionários do governo através de uma longa série de manifestações e ações diretas, tais como ocupações de escritórios do governo ou dos locais de construção. No entanto, uma séria perda do lado antipresa tem sido o sucesso do consórcio da barragem em cooptar algumas lideranças indígenas. Isto é feito dando aos líderes selecionados recompensas materiais tais como canoas a motor de popa ("voadeiras"), veículos, combustível e produtos alimentares ("rancho") (Heurich, 2013). Muito disso foi parte do "Plano Emergencial" que o consórcio concordou em executar como um programa de dois anos, isto sendo o período enquanto o Plano Básico Ambiental (PBA) estava sendo preparado (Norte Energia SA, 2011). Pressões internas no seio dos grupos indígenas podiam levar a silenciar os membros do grupo que anteriormente haviam sido abertamente críticos de Belo Monte. Também levou para a fissão de muitas aldeias indígenas (o número de aldeias aumentou de 19 para 39 entre 2010 e 2015), tanto como resultado de divergências sobre a oposição à hidrelétrica de Belo Monte e como um meio para obter acesso aos bens materiais distribuídos pelo consórcio da barragem para subgrupos dentro as comunidades indígenas, sendo que a distribuição dos benefícios nas comunidades foi muito desigual (Queiroz, 2015). As vozes dos três grupos indígenas a jusante, que são os mais diretamente afetados pela barragem de Belo Monte em si, calaram-se nos últimos anos. Um evento notável foi um grande encontro organizado pelo ISA em Altamira, em setembro de 2013, reunindo grupos indígenas de toda bacia do Rio Xingu, porém os representantes dos três grupos a jusante (Juruna de Paquiçamba, Arara da Volta Grande do Xingu e Xikrin do Bacajá) não vieram (observação pessoal).

Uma organização chave dos adversários locais não indígenas da barragem foi fundada em 1987: o Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica (MPST), renomeado em 1998 como o Movimento

pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX). Esta organização estava desempenhando um papel importante em resistir às propostas para o "Complexo Altamira" (Belo Monte e Babaquara) no período até a divisão do grupo em 2008. Em agosto de 2001, MDTX reuniu 113 organizações sociais, para elaborar um documento intitulado "SOS Xingu: uma chamada para o bom senso sobre o represamento de rios na Amazônia" (MDTX, 2001).

Em 25 de agosto de 2001, o chefe do MDTX (Ademir Albeu Federicci, conhecido como "Dema") foi assassinado (ISA, 2001; Switkes, 2001). O Dema é considerado como um mártir na luta contra Belo Monte. Apesar de dois pistoleiros serem presos, seus mandantes nunca foram identificados (impedindo a confirmação de que se os atiradores foram pagos pelos proponentes da barragem ou por outros interesses na área de Altamira que também estavam descontentes com MDTX).

Quando o PT venceu a eleição presidencial, em outubro de 2002 e o Lula tomou posse em janeiro de 2003, muitos oponentes de Belo Monte estava à espera disto para diminuir ou acabar com apoio do governo federal para Belo Monte, mas o oposto acabou por ser o caso (Sevá-Filho, 2014). Muitos oponentes de barragem tinham laços e a sobreposição de interesses com o PT, causando tensões previsíveis (Scholz *et al.*, 2004, p. 53-56). Sob a administração do PT, o governo federal fez com que substanciais somas sejam disponíveis para ONGs por meio de contratos para uma variedade de projetos sociais e ambientais, apresentando, assim, uma tentação adicional para grupos da sociedade civil moderar as suas críticas dos projetos prioritários como Belo Monte.

O MDTX continuou a opor-se a Belo Monte e sofreu assédio da ELETRONORTE (a empresa elétrica paraestatal que estava fazendo os preparativos para Belo Monte) (Melo, 2005). No entanto, uma divisão estava se desenvolvendo dentro do MDTX, com vários membros tornando-se adeptos da barragem. A Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP) foi criada em 1998 como entidade jurídica para o MDTX, e esse status permitiu-lhe competir para contratos com o governo. Em 2006, a FVPP produziu um relatório sobre a história do MDTX (publicado pelo Ministério do Meio Ambiente); o relatório menciona uma posição do grupo contra Belo Monte apenas como uma coisa do passado -- na década de 1990 antes que o nome do grupo ser mudado de "sobrevivência" para "desenvolvimento" (FVPP, 2006,

4 <http://www.cptnacional.org.br/>

5 <http://www.mabnacional.org.br/>

6 <https://www.culturalsurvival.org/>

7 <http://www.internationalrivers.org/>

8 <http://amazonwatch.org/>

p. 35). O assassinato de Dema não mereceu menção nesta "história", de 65 páginas. No entanto, foi só em 2008 que a FVPP formalmente decidiu "não opor" à Belo Monte, ostensivamente para assegurar que a Rodovia Transamazônica fosse pavimentada (Bratman, 2015, p. 70). Além da influência das filiações da liderança da organização ao PT, a estratégia do governo de ligar a pavimentação da rodovia à proposta da barragem tinha sucesso como uma "cunha" para dividir grupos sociais da oposição na área de Altamira (Bratman, 2014, p. 277). Recentemente, a FVPP tem-se mostrado indignado que o consórcio da barragem não manteve suas promessas para uma série de ações que beneficiaria os agricultores locais, conforme estipulado nas "condicionantes" para o licenciamento de Belo Monte (Brito, 2015).

Em 2008, a parte do MDTX que estava contra Belo Monte separou-se para formar o Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS), mais conhecido simplesmente como "Xingu Vivo"⁹. Xingu Vivo foi fundado em maio de 2008 no Segundo Encontro dos Povos Indígenas do Xingu. Esse grupo, liderado por Antônia Melo, tornou-se (e continua a ser) a organização de base principal contestando Belo Monte. Os "sites" das diferentes organizações dão a impressão de que todos têm uma história contínua de luta conjunta para objetivos comuns. Não são relatados os vários desentendimentos e separações nestes grupos. Divisões adicionais entre os adversários locais da represa ocorreram como resultado de uma visita a Altamira pelo Presidente Lula em junho de 2010 (Bratman, 2014, p. 277; Salm, 2010), onde, em um comício realizado no estádio de futebol da cidade, os organizadores do evento conseguiram agravar as divisões entre organizações sociais locais (Marcelo Salazar, declaração pública, 29 de janeiro de 2016). Antigos aliados acabaram gritando um com o outro através de uma barreira policial (Bratman, 2014, p. 277).

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) tem sido um importante grupo nacional, opondo-se a barragens desde a sua fundação em 1991 (Rothman, 2001). No entanto, o MAB está aliado ao PT e ajudou na campanha presidencial de 2002. Quando o PT venceu as eleições e posteriormente fez Belo Monte uma prioridade, o MAB suavizou a sua posição em nível nacional. O MAB só chegou em Altamira em 2009, onde concentrou-se na organização de moradores urbanos que seriam desalojados em Altamira, para exigir uma indenização melhor

(Bratman, 2015, p. 70). Em 2009, o Dom Erwin criticou o MAB publicamente por abandonar a sua oposição à Belo Monte como uma reflexão do fato de que a defesa do grupo para a população deslocada logicamente seria necessário que o projeto de barragem seguisse para frente (Bratman, 2014, p. 277-278).

Os adversários não indígenas da barragem se originaram de três grupos distintos. Um é os residentes urbanos de Altamira que foram deslocados, oficialmente 5.141 famílias urbanas (Villas-Bôas *et al.*, 2015, p. 12) ou cerca de 25.000 pessoas. O segundo grupo são os moradores ribeirinhos tradicionais que viviam no litoral e ilhas no que agora é o reservatório de Belo Monte (3.568 famílias ou cerca de 18.000 pessoas) (Villas-Bôas *et al.* 2015, p. 13) e os ribeirinhos ao longo do trecho de "vazão reduzida" da Volta Grande do Xingu, que também perderam seus meios de subsistência da pesca (Francesco & Carneiro, 2015). Este autor teve o privilégio de passar algum tempo com ribeirinhos no que é hoje o reservatório, enquanto orientava uma dissertação de mestrado sobre seus meios de subsistência (Silva-Forsberg & Fearnside, 1995, 1997); os conhecimentos e capacidades dessas pessoas serão de pouca utilidade no projeto habitacional no travessão nº 27 (uma estrada vincinal que ramifica da Rodovia Transamazônica), onde essa população foi forçosamente realocada (*e.g.*, MPF 2015; Villas-Bôas *et al.* 2015, p. 126). Os pequenos agricultores são o terceiro grupo em áreas de colonização da Rodovia Transamazônica perto de Altamira (hoje este grupo é dividido, muitas pessoas tendo trocado de lado para dar suporte à barragem).

Celebridades de vários tipos representam um dos grupos externos que ajudou a dar visibilidade pública aos impactos de Belo Monte. Em 2011, por exemplo, 19 estrelas de novelas da rede Globo de televisão fizeram um vídeo criticando a barragem, embora com algumas imprecisões (Movimento Gota d'Água, 2011). Um contra-vídeo apoiando a barragem foi produzido por um grupo de estudantes de engenharia na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (Tempestade em Copo d'Água, 2011). O contra-vídeo foi convertido em um artigo de capa da revista *Veja* (Eler & Diniz, 2011), que foi reimpresso e amplamente distribuído em Altamira pelo consórcio da barragem. Recomendo o meu debate com o professor dos alunos, disponível na rede Terra de televisão de internet (Terra TV, 2011).

⁹ <http://www.xinguvivo.org.br/>

Várias celebridades internacionais visitaram Altamira e falaram contra Belo Monte. Estes incluem o cantor Sting em 1989, o cineasta James Cameron e a atriz Segourney Weaver, em 2009 e James Cameron novamente em 2011. O ator e ex-governador da Califórnia Arnold Swartznegger, que foi levado para o Xingu por seu amigo James Cameron em 2011, depois se recusou a comentar publicamente sobre Belo Monte (observação pessoal). O envolvimento das celebridades estrangeiras tem sido controverso dentro e fora do Brasil (Jampolsky, 2012). A Bianca Jagger foi a celebridade mais consistentemente ativa em falar e escrever sobre Belo Monte (Jagger, 2013).

O Ministério Público Federal (MPF), que foi criado pela Constituição brasileira de 1988 como uma procuradoria especial em defesa dos interesses do povo, teve um papel muito importante, especialmente as representações em Belém e Altamira. O MPF trouxe uma série de processos contra a represa baseada nas várias falhas de seguir os procedimentos de licenciamento e na violação das disposições constitucionais e legais, tais como os requisitos para a consulta dos povos indígenas.

Outros atores incluem agências internacionais dos direitos humanos, tais como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) (AIDA, 2016). Vários acadêmicos e membros da imprensa têm tido papéis na obtenção e distribuição de informações. Ao longo dos anos, uma série de livros com coleções de trabalhos sobre Belo Monte tem sido uma importante fonte de informações na luta, nomeadamente Santos e de Andrade (1990), Sevá Filho e Switkes (2005), Magalhães e Hernández (2009), de Oliveira e Cohn (2014) e um anexo à versão on-line de Villas-Bôas *et al.* (2015).

O DEBATE SOBRE BELO MONTE: ARGUMENTOS DEIXADOS DE LADO

O lado pró-barragem conseguiu, em grande parte, neutralizar os vários argumentos questionando Belo Monte. A maior parte da percepção popular e as reportagens na grande mídia retratam a barragem como um investimento sábio para o País, tendo impactos mínimos e sendo um projeto que é necessário para reduzir as contas de eletricidade e evitar apagões em lares brasileiros (Eler & Diniz, 2011). No entanto, estas percepções estão enganadas em todos os sentidos.

Argumentos econômicos a favor da barragem foram efetivamente desmascarados (Sousa Júnior & Reid, 2010; Sousa Júnior *et al.*, 2006). A barragem é economicamente indefensável, mesmo com os baixos custos de construção inicialmente previstos. Em 2013, o custo já era (pelo menos) o dobro da expectativa na época quando foi tomada a decisão de construir a barragem (Veja, 2013). Na verdade, este é um padrão geral em todo o mundo, onde barragens normalmente custam muito mais do que as expectativas iniciais e levam mais tempo do que o esperado para completar. Uma revisão de centenas de tais casos ao redor do mundo mostra que este é o padrão normal, não uma exceção isolada (Ansar *et al.*, 2014; Flyvbjerg, 2009). No caso de Belo Monte, a inviabilidade financeira do projeto é sugerida pelo fato de que a administração do PT teve que usar todos os seus poderes de persuasão política com as empresas e entidades, tais como fundos de pensão, sobre as quais o PT tem influência, para investir no projeto contra a sua vontade (Sevá Filho, 2014). A empresa Camargo Corrêa, que foi envolvida no planejamento do projeto desde o início, serve apenas como um empreiteiro -- não como um investidor com capital próprio de risco.

Os impactos ambientais, tais como as emissões de gases de efeito estufa, são geralmente pouco discutidos e são reduzidas às afirmações, sem suporte, de que a barragem representa energia "verde" ou "limpa" (Fearnside, 2011, 2012). Os povos indígenas são retratados como não diretamente afetados, uma vez que os grupos a jusante não estão debaixo d'água. Os grupos a montante são ignorados completamente, sendo que as barragens a montante nunca são mencionadas.

A "necessidade" de Belo Monte é questionável, uma vez que o Brasil tem muitas outras opções de energia. As projeções da demanda para eletricidade, que são subjacentes aos planos de construção de barragens, são grosseiramente exageradas (Prado *et al.*, 2016). Além disso, nem toda a "demanda" é realmente "necessária". Sendo que apenas 28,7% da eletricidade do Brasil é para uso doméstico (Brasil, MME/EPE 2015: 44), o argumento fácil de que uma decisão de não construir Belo Monte significaria maiores contas da eletricidade nas cidades brasileiras distorce a questão. A maior parte da energia de Belo Monte não se destina para uso doméstico, e muito menos para estender a eletricidade para áreas remotas sem acesso à energia. Quantidades substanciais de eletricidade vão para indústrias com

pouco benefício para a população brasileira. Um ponto de partida lógico na reforma política energética está na eliminação da exportação de energia elétrica sob a forma de *commodities* de eletrointensivos, como o alumínio, que gera pouco emprego no País (Fearnside, 2016). O Brasil tem grandes oportunidades para reduzir o consumo de energia por melhorias na eficiência energética e nos sistemas de transmissão e distribuição, e o País tem um enorme potencial para geração eólica e solar, que recebem apenas prioridade simbólica quando comparado com a energia hidrelétrica (Baitelo *et al.*, 2013; Bermann, 2002; Moreira, 2012). Mais recentemente, a Presidente Dilma vetou todo o financiamento para "energia renovável não hidráulica" no Plano Plurianual 2016-2019 (ISA, 2016).

Questionamentos sobre a legalidade do projeto são pouco compreendidos. O que aparece no noticiário da televisão e a maioria dos relatos de jornal é limitado a uma simples constatação de que uma liminar que travava o projeto de barragem foi "derrubada" por um determinado juiz. A percepção, portanto, é que não deve ter havido nenhum mérito para a liminar travar o projeto. Não mencionado é o fato de que a liminar pode ser baseada em dezenas de páginas detalhando violação de várias leis, enquanto a decisão de derrubar a liminar consiste em algumas poucas linhas, invocando uma "suspensão de segurança" sem tocar sobre o mérito do caso. A história de Belo Monte tem amplamente demonstrado que "a lei não é uma garantia suficiente de fazer respeitar os direitos" (Graeff, 2012, p. 277). Há pouco impulso para mudar as leis de suspensão de segurança, porque apenas uma pequena fração da população brasileira sabe da existência dessas leis, que permitem que as decisões judiciais sejam revertidas se implicam "dano grave" à economia pública (Fearnside, 2015).

CONEXÕES INTERNACIONAIS

Um dos fatores que enfraqueceu a participação de ONGs internacionais na luta contra Belo Monte foi o fato de que a barragem foi, pelo menos no papel, inteiramente paga por fontes brasileiras. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiou 80% do total de custos, e o resto foi obtido a partir dos fundos de pensão e outras fontes sobre as quais o PT tinha influência (Rojas & Millikan, 2014, p. 38). No entanto, alguns dos fundos podem ter originado de contribuintes no exterior, com o BNDES, aparentemente, servindo

como canal para fluxos monetários de fontes internacionais, de maneira que foram evitadas as proteções que teriam barrado o financiamento de projetos de alto impacto, como Belo Monte. "Empréstimos de Política de Desenvolvimento" (*Development Policy Loans* = DPLs) tornaram-se a forma predominante de empréstimos do Banco Mundial nos últimos anos, representando mais da metade do total dos empréstimos do Banco Mundial (BIC, 2009). Estes empréstimos essencialmente escapam do sistema de avaliação que foi criado no âmbito do Banco Mundial na década de 1980 para evitar projetos ambientalmente e socialmente prejudiciais. DPLs vem com uma série de "gatilhos" (jargão do Banco Mundial para as condições), e os empréstimos, portanto, representam um incentivo para o país destinatário alterar as suas políticas de maneiras e em um ritmo que, caso contrário, não seriam adotadas.

No caso do primeiro DPL ao Brasil para a política ambiental de US\$ 1,3 bilhões, a maioria dos "gatilhos" eram alterações benéficas para o meio ambiente, embora alguns, tal como acelerar o processo de licenciamento ambiental do Brasil, não eram benéficos. O apoio em aberto para o Plano Nacional de Mudanças Climáticas (Brasil, CIMC, 2008) também é questionável, pois promover hidrelétricas é uma das principais características do plano (Fearnside, 2017b). Avaliações do Banco Mundial da DPL (Lundell, 2011) são limitadas à verificação se os "gatilhos" foram atendidos – não uma avaliação de como o dinheiro foi realmente utilizado. ONGs criticaram muito a possibilidade do dinheiro ser usado para projetos como Belo Monte, sendo que o Banco Mundial não sabe para onde o dinheiro vai (Amigos da Terra Amazônia Brasileira *et al.*, 2009). Mesmo se o dinheiro for usado nas áreas ambientais associadas às condições que justificavam o financiamento, indiretamente os fundos liberam outros fundos do DPL para projetos prejudiciais, tais como represas amazônicas. Os DPLs para o Brasil essencialmente entram em uma panela comum no BNDES, e este banco governamental depois usa os fundos para financiar projetos individuais, tais como Belo Monte. Belo Monte recebeu uma série de empréstimos de BNDES com condições altamente favoráveis que seriam indisponíveis para praticamente qualquer outro projeto de desenvolvimento (Rojas & Millikan, 2014). O BNDES cobrou do consórcio Belo Monte apenas 4% de juros anuais em um empréstimo de 30 anos, enquanto o governo brasileiro simultaneamente se financiava com a venda de títulos de 5 anos

de prazo com juros anuais de 10% (Leitão, 2010). O consórcio da barragem também obteve uma série incomum de extensões de empréstimo e outras modificações dos termos após a concessão do primeiro DPL (Millikan & Garzón, 2015). O BNDES também ignorou o seu próprio regulamento interno em liberar os fundos para Belo Monte sem uma avaliação dos riscos socioambientais e de viabilidade econômica (Garzón *et al.*, 2015, p. 131). A relação entre a liderança do BNDES (nomeado pelo governo federal) e empréstimos politicamente motivados recentemente tornou-se público através da investigação de corrupção “Lava Jato” (Stauffer, 2015).

O efeito poderoso de financiamento internacional sobre as lutas por recursos naturais manifestou-se na história passada. Um exemplo disso é o programa POLONOROESTE, que reconstruiu e pavimentou a rodovia BR-364 (Cuiabá-Porto Velho) e abriu Rondônia para migração e desmatamento maciço (Fearnside, 1987). O financiamento do Banco Mundial significou que os contribuintes na Europa e na América do Norte haviam pago por parte da destruição que eles estavam vendo nas suas telas de televisão. Uma exposição no programa de televisão norteamericano “60 Minutes” foi o estímulo fundamental para o Banco Mundial criar seu Departamento do Meio Ambiente em 1987 (Wade, 2011). Hoje, Belo Monte apresenta uma oportunidade para estimular reformas no Banco Mundial, tais como acabar com o uso de intermediários financeiros para ignorar as salvaguardas do Banco e canalizar fundos para projetos danosos. Os impactos de Belo Monte também fornecem um exemplo claro de por que tanto as instituições financeiras como os governos nacionais devem dar prioridade a outras alternativas energéticas, tais como a conservação de energia e a geração a partir de fontes solares e eólicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hidrelétrica de Belo Monte causou graves danos ambientais e sociais. Um leque amplo de atores agirem durante o licenciamento e a construção da barragem, de um lado para impedir o projeto e do outro para promovê-lo. As forças políticas e financeiras a favor da barragem prevaleceram sobre os argumentos do lado contra. Os impactos de Belo Monte precisam levar à reconsideração de hidrelétricas como a solução preferida do governo na área energética.

AGRADECIMENTOS

As pesquisas do autor são financiadas exclusivamente por fontes acadêmicas: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq: proc. 305880/2007-1; 5-575853/2008 304020/2010-9; 573810/2008-7), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM: proc. 708565) e Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA: PRJ15.125). Marcelo Augusto dos Santos Júnior preparou as figuras. Agradeço a Paulo Maurício Lima de Alencastro Graça pelos comentários. Esta é uma tradução atualizada de Fearnside (2017c).

REFERÊNCIAS

- AIDA (Associação Interamericana para Defesa Ambiental). 2015. Caso Belo Monte Brasil. Atualizado agosto de 2015. <http://docplayer.com.br/6597204-Caso-belo-monte-brasil.html>
- AIDA (Associação Interamericana para Defesa Ambiental). 2016. IACHR opens case against Brazil for human rights violations related to Belo Monte Dam. *Amazon Watch*, 07 de janeiro de 2016. <http://amazonwatch.org/news/2016/0107-iachropens-case-against-brazil-for-human-rights-violations-related-to-belo-monte-dam>
- Amaral, D. do. 2016. Anexo 07 Belo Monte. pp. 69-70. In: Termo de acordo de colaboração premiada. Petição 5952 - 22/02/2016, Supremo Tribunal Federal, Brasília, DF. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0BzuqMfbpwX4wYVJlak1qdmIyWUE/view>
- Amazonas em Tempo*. 2015. Delator deverá revelar propina em Belo Monte. *Amazonas em Tempo*, 07 de março de 2015, p. B-3.
- Amigos da Terra Amazônia Brasileira & 9 outras organizações. 2009. Letter to World Bank by Brazilian NGOs re \$1.3 Billion Environment Loan. 05 de março de 2009. <http://www.internationalrivers.org/resources/letter-to-world-bank-by-brazilian-ngos-re-1-3-billion-environment-loan-3142>
- Ansar, A., Flyvbjerg, B., Budzier, A. & Lunn, D. 2014. Should we build more large dams? The actual costs of hydropower megaproject development. *Energy Policy* 69: 43-56. <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2013.10.069>
- Baitelo, R., Yamaoka, M., Nitta, R. & Batista, R. 2013. [R]evolução Energética: A Caminho do Desenvolvimento. Greenpeace Brasil, São Paulo, SP. 79 p. <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Documentos/Revolucao-Energetica/>
- Barros, J.N. 2014. *O Desencantamento das Águas no Sertão - Crenças, descrenças e mobilização social no Projeto de Transposição do Rio São Francisco*. Dissertação de mestrado em planejamento urbano e regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ. 172 p. <http://objdig.ufrj.br/42/teses/816551.pdf>

- Bermann, C. 2002. O Brasil não precisa de Belo Monte. Amigos da Terra-Amazônia Brasileira, São Paulo, SP, Brasil. 4 pp. Disponível em: http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/Dossie/BM/Outros/Celio_Bermann-Belo_Monte.pdf
- BIC (Bank Information Center). 2009. World Bank environmental policy loan to BNDES: Moving money or mainstreaming environmental sustainability? *IFI infobrief*, September 2009, BIC, Washington, DC, E.U.A. 25 p. <http://www.bankinformationcenter.org/en/Document.101658.pdf>
- Brasil, CIMC (Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima). 2008. *Plano Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC -- Brasil*. Ministério do Meio Ambiente, Brasília, DF. 129 p. http://www.mma.gov.br/estruturas/imprensa/_arquivos/96_01122008060233.pdf
- Brasil, MME/EPE (Ministério de Minas e Energia, Empresa de Pesquisa Energética). 2015. *Plano Decenal de Expansão de Energia 2024*. MME/EPE, Brasília, DF. 467 p. <http://www.epe.gov.br/PDEE/Relatório%20Final%20do%20PDE%202024.pdf>
- Brasil, PR (Presidência da República). 2004. Decreto No 5.051, de 19 de abril de 2004, PR, Brasília, DF. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm
- Bratman, E.Z. 2014. Contradictions of green development: Human rights and environmental norms in light of Belo Monte dam activism. *Journal of Latin American Studies* 46(2): 261–289. <https://doi.org/10.1017/S0022216X14000042>
- Bratman, E.Z. 2015. Passive revolution in the green economy: activism and the Belo Monte dam. *International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics* 15: 61–77. <https://doi.org/10.1007/s10784-014-9268-z>
- Brito, R. 2015. Verás que um filho teu não foge à luta. ASCOM Fundação Viver Produzir e Preservar, 13 de julho de 2015. <http://fvpp.org.br/index.php/noticias/39-veras-que-um-filho-teu-nao-foge-a-luta>
- Calixto, B. 2015. Dom Erwin Kräutler: "Do que Lula prometeu, nada foi cumprido." *Época Blog do Planeta*, 01 de abril de 2015. <http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/blog-do-planeta/noticia/2014/05/bdom-erwin-krautlerb-do-que-lula-prometeu-nada-foi-cumprido.html>
- Carvalho, M.C. & Megale, B. 2016. Agora delatores, executivos da Andrade deixam a prisão. *Folha de São Paulo*, 06 de fevereiro de 2016, p. A-4. <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/02/1737252-apos-acordo-com-procuradoria-executivos-da-andrade-deixam-prisao.shtml>
- Casado, J. 2015. Lava-Jato investiga Eletrobras e 15 empresas do setor elétrico. *O Globo*, 29 de julho de 2015. <http://oglobo.globo.com/brasil/lava-jato-investiga-eletobras-15-empresas-do-setor-eletrico-17001095>
- Eler, A. & Diniz, L. 2011. Nocauteados pela lógica. *Veja* 44(49): 140–146. (07 de dezembro de 2011). <http://acervoveja.digitalpages.com.br/home.aspx>
- Fearnside, P.M. 1987. Deforestation and international economic development projects in Brazilian Amazonia. *Conservation Biology* 1(3): 214–221. <https://doi.org/10.1111/j.1523-1739.1987.tb00035.x>
- Fearnside, P.M. 2011. Gases de efeito estufa no EIA-RIMA da Hidrelétrica de Belo Monte. *Novos Cadernos NAEA* 14(1): 5–19. <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/596/848>
- Fearnside, P.M. 2012. Desafios para midiaticização da ciência na Amazônia: O exemplo da hidrelétrica de Belo Monte como fonte de gases de efeito estufa. pp. 107–123. In: A. Fausto Neto (Ed.) *A Midiaticização da Ciência: Cenários, Desafios, Possibilidades*. Editora da Universidade Estadual da Paraíba (EDUEPB), Campina Grande, PB. 288 p. Disponível em: http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/2015/Livro-Hidro-V1/Cap-16%20Livro%20Hidrelétricas%20V.1.pdf
- Fearnside, P.M. 2015. Amazon dams and waterways: Brazil's Tapajós Basin plans. *Ambio* 44(5): 426–439. <https://doi.org/10.1007/s13280-015-0642-z>
- Fearnside, P.M. 2016. Environmental and social impacts of hydroelectric dams in Brazilian Amazonia: Implications for the aluminum industry. *World Development* 77: 48–65. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2015.08.015>
- Fearnside, P.M. 2017a. Brazil's Belo Monte Dam: Lessons of an Amazonian resource struggle. *Die Erde* 148 (2-3): 167–184. <https://doi.org/10.12854/erde-148-26>
- Fearnside, P.M. 2017b. Planned disinformation: The example of the Belo Monte Dam as a source of greenhouse gases. p. 125–142. In: Issberner, L.-R. & Lena, P. (Eds.). *Brazil in the Anthropocene: Conflicts between Predatory Development and Environmental Policies*. Routledge, Taylor & Francis Group, New York, E.U.A. 364 p.
- Fearnside, P.M. 2017c. Belo Monte: Actors and arguments in the struggle over Brazil's most controversial Amazonian dam. *Die Erde* 148(1): 230–243. <https://doi.org/10.12854/erde-147-18>
- Flyvbjerg, B. 2009. Survival of the unfittest: Why the worst infrastructure gets built – and what we can do about it. 25(3): 344–367. <https://doi.org/10.1093/oxrep/grp024>
- Francesco, A. de & Carneiro, C. (Eds.) 2015. *Atlas dos Impactos da UHE Belo Monte sobre a Pesca*. Instituto Socioambiental (ISA), São Paulo, SP. 64 p. <https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/atlas-pesca-bm.pdf>
- FVPP (Fundação Viver, Produzir e Preservar). 2006. *A História do Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu*. Ministério do Meio Ambiente (MMA), Brasília, DF. 65 p. http://www.mma.gov.br/estruturas/pda/_publicacao/51_publicacao12012011110058.pdf
- Gama, P. 2013. Maiores doadores somam gasto de R\$1 bi desde 2002. Construtores e bancos são principais financiadores de campanhas eleitorais. *Folha de São Paulo*, 21 de janeiro de 2013. p. A-6. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/89730-maiores-doadoras-somam-gasto-de-r-1-bi-desde-2002.shtml>

- Graeff, B. 2012. Should we adopt a specific regulation to protect people that are displaced by hydroelectric projects? Reflections based on Brazilian law and the 'Belo Monte' case. *Florida A&M University Law Review* 7(2): 261–285. <http://commons.law.famu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1064&context=famulawreview>
- Heurich, G.O. 2013. A barragem e a canoa de Jawitĩ. Instituto Socioambiental (ISA), Brasília, DF. 4 p. http://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_verbetes/arawete/osaraweteoplaneoemergencial.pdf
- ILO (International Labor Organization). 1989. C169 - Indigenous and Tribal Peoples Convention, 1989 (No. 169). http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=normlexpub:12100:0::no:p12100_ilo_code:c169
- International Rivers. 2009. Lula promises not to shove Belo Monte down our throats. *International Rivers Blog*, 27 de julho de 2009. <http://www.internationalrivers.org/blogs/232/lula-promises-not-to-shove-belo-monte-down-our-throats>
- International Rivers. 2012. Supreme court judge overturns suspension of Belo Monte Dam. *International Rivers*, 28 de agosto de 2012. <http://www.internationalrivers.org/resources/supreme-court-judge-overturns-suspension-of-belo-monte-dam-7656>
- ISA (Instituto Socioambiental). 2001. Entidades promovem ato de repúdio contra o assassinato de Dema. ISA Brasília, DF. *ISA*, 30 de agosto de 2001. Disponível em: <http://www.amazonia.org.br/noticias/noticia.cfm?id=4709>
- ISA (Instituto Socioambiental). 2012. Ayres Britto acata pedido da AGU e obras de Belo Monte são retomadas. *ISA*, 28 de agosto de 2012. <http://site-antigo.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3656>
- ISA (Instituto Socioambiental). 2016. Dilma veta energias renováveis não hidráulicas no Plano Plurianual. *Notícias Socioambientais*, 21 de janeiro de 2016; atualizado 27 de janeiro de 2016. <http://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/dilma-veta-energias-renovaveis-nao-hidraulicas-no-plano-plurianual>
- Jagger, B. 2013. Deadly sins in the Brazilian Amazon. *Huffington Post*, 16 de abril de 2013, atualizado 16 de junho de 2013. http://www.huffingtonpost.com/bianca-jagger/belo-monte-dam_b_3076501.html
- Jampolsky, J.A. 2012. Activism is the new black! Demonstrating the benefits of international celebrity activism through James Cameron's campaign against the Belo Monte dam. *Colorado Journal of International Environmental Law and Policy* 23(1): 227–256. http://www.colorado.edu/law/sites/default/files/JAMPOLSKY%20corrected_.pdf
- Leitão, M. 2010. Belo Monte's Avatar. *International Rivers*, 24 de junho de 2010. <https://www.internationalrivers.org/resources/belo-monte%E2%80%99s-avatar-2762> [traduzido de O Globo].
- Lundell, M.R. 2011. Implementation Status Results Report: Sequence 05. World Bank, Washington, D.C., E.U.A. 4 p. <http://documents.worldbank.org/curated/en/2011/02/13836332/implementation-status-results-report-sequence-05>
- Magalhães, S.B. & F.D.M. Hernandez (Eds.). 2009. *Painel de Especialistas: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte*. Painel de Especialistas sobre a Hidrelétrica de Belo Monte, Belém, PA. Disponível em: http://www.fase.org.br/projetos/clientes/noar/noar/UserFiles/17/File/Belo_Monte_pareceres_Painel.pdf
- Magalhães, V. 2011. Presidente pavio curto. *Folha de São Paulo*, 13 de novembro de 2011, pp. A-16-17. <http://acervo.folha.com.br/fsp/2011/11/13/2>
- MDTX (Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu). 2001. Carta - SOS Xingu - Um chamamento ao bom senso sobre o represamento de rios na Amazônia. *Rios Vivos*. <http://www.riosvivos.org.br/canal.php?mat=236>.
- Melo, A. 2005. O assédio da Eletronorte sobre o povo e as entidades na região de Altamira. p. 55-57. In: Seva Filho, A.O. & Switkes, G. (Eds.). *Tenotã-Mô: Alertas sobre as Conseqüências dos Projetos Hidrelétricos no rio Xingu*. International Rivers Network, Sao Paulo, SP. 344 p.
- Millikan, B. & Garzón, B.R. 2015. Belo Monte desafia os limites da responsabilidade socioambiental e da transparência do BNDES. p. 165-169. In: *Vozes do Xingu: Coletânea de artigos para o Dossiê Belo Monte: Vozes do Xingu*. Annex to: Villas-Bôas, A., Garzón, B.R., Reis, C., Amorim, L. & Leite, L. (Eds.). *Dossiê Belo Monte: Não Há Condições para a Licença de Operação*. Instituto Socioambiental (ISA), Brasília, DF. 205 p. <http://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/dossie-belo-monte-site.pdf>
- Millikan, B. & Hurwitz, Z. 2011. Landmark vote upholds indigenous rights on Belo Monte. *International Rivers*, 18 de outubro de 2011 <http://www.internationalrivers.org/blogs/258/landmark-vote-upholds-indigenous-rights-on-belo-monte>
- Moreira, P.F. (Ed.). 2012. *Setor Elétrico Brasileiro e a Sustentabilidade no Século 21: Oportunidades e Desafios*. 2a ed. Rios Internacionais, Brasília, DF. 100 p. Disponível em: <http://www.internationalrivers.org/node/7525>
- Movimento Gota d'Água. 2011. Usina Hidrelétrica de Belo Monte - Movimento Gota D'água. *Youtube*. <https://www.youtube.com/watch?v=hzVIWvm99As>
- MPF (Ministério Público Federal). 2015. Relatório de inspeção interinstitucional: Áreas ribeirinhas atingidas pelo processo de remoção compulsória da UHE Belo Monte. MPF, Altamira, PA. 125 p. http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2015/arquivos/Relatorio_inspecao_ribeirinhos_Belo_Monte_junho_2015.pdf
- Norte Energia SA. 2011. *PBA: Plano Básico Ambiental, Versão Final*, Setembro de 2011. Norte Energia SA, Rio de Janeiro, RJ. 7 vols. + anexos. <http://norteenergiasa.com.br/site/2012/05/16/projeto-basico-ambiental-da-uhe-belo-monte/>

- Oliveira, J.P. & Cohn, C. (Eds.). 2014. *Belo Monte e a Questão Indígena*. Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Brasília, DF. 337 p. <http://www.abant.org.br/file?id=1381>
- Prado, A.P., Athayde, S., Mossa J, Bohlman, S., Leite, F. & Oliver-Smith, A. 2016. How much is enough? An integrated examination of energy security, economic growth and climate change related to hydropower expansion in Brazil. *Renewable and Sustainable Energy Reviews* 53: 1132-1136. <https://doi.org/10.1016/j.rser.2015.09.050>
- Queiroz, T. 2015. Hidrelétrica de Belo Monte divide aldeias no Xingu. *O Estado de São Paulo*, 01 de abril de 2015. http://www.cliptvnews.com.br/mma/amplia.php?id_noticia=96421
- Rojas, B. & Milllikan, B. 2014. El BNDES y el complejo hidroeléctrico Belo Monte. pp. 33-47 In: Carillo, I.C. (Ed.) *Casos Paradigmáticos: De inversión del Banco Nacional de Desarrollo Económico y Social de Brasil (BNDES) en Sur América. Necesidad y Oportunidad para Mejorar Políticas. Derecho, Ambiente y Recursos Naturales (DAR)*, Lima, Peru. 130 p. https://www.internationalrivers.org/files/attached-files/137_casos_paradigmaticos.pdf
- Rothman, F.D. 2001. A comparative study of dam-resistance campaigns and environmental policy in Brazil. *Journal of Environment & Development* 10(4): 317-344. <https://doi.org/10.1177/107049650101000402>
- Salm, R. 2010. Lula em Altamira: a “democracia” acompanhada de forte aparato militar. *Xingu Vivo*, 30 de junho de 2010. http://xingu-vivo.blogspot.com.br/2010_06_01_archive.html
- Santos, L.A.O. & de Andrade, L.M.M. (Eds.). 1990. *Hydroelectric Dams on Brazil's Xingu River and Indigenous Peoples*. Cultural Survival Report 30. Cultural Survival, Cambridge, Massachusetts, E.U.A. 192 p.
- Scholz, I., Dräger, D., Floer, I., Neher, C. & Unger, J. 2004. Sociedade civil e política ambiental na Amazônia: Os casos da barragem de Belo Monte e da Rodovia BR-163. *Deutsches Institut für Entwicklungspolitik (DIE)*. Bonn, Alemanha. 85 p. https://www.die-gdi.de/uploads/media/BuG_11_2004_PORT.pdf
- Sevã Filho, A.O. 2014. Profanação hidrelétrica de Btyre/Xingu. Fios condutores e armadilhas (até setembro de 2012). p. 170-205 In: de Oliveira, J.P. & Cohn, C. (Eds.). *Belo Monte e a Questão Indígena*. Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Brasília, DF. 337 p. <http://www.abant.org.br/file?id=1381>
- Sevã Filho, A.O. & Switkes, G. (Eds.). 2005. *Tenotã-mô: Alertas sobre as Conseqüências dos Projetos Hidrelétricos no Rio Xingu, Pará, Brasil*. International Rivers Network, São Paulo, SP. 344 p. Disponível em: <http://www.xinguvivo.org.br/wp-content/uploads/2010/10/Tenotã-Mo.pdf>
- Silva-Forsberg, M.C. & Fearnside, P.M. 1995. Agricultural management of *caboclos* of the Xingu River: A starting point for sustaining populations in degraded areas in the Brazilian Amazon. p. 90-95 In: Parrotta, J.A. & Kanashiro, M. (Eds.) *Management and Rehabilitation of Degraded Lands and Secondary Forest in Amazonia*. International Institute of Tropical Forestry, U.S.D.A. Forest Service, Rio Piedras, Puerto Rico. 246 p.
- Silva-Forsberg, M.C. & Fearnside, P.M. 1997. Brazilian Amazonian caboclo agriculture: Effect of fallow period on maize yield. *Forest Ecology and Management* 97(3): 283-291. [https://doi.org/10.1016/S0378-1127\(97\)00070-4](https://doi.org/10.1016/S0378-1127(97)00070-4)
- Sousa Júnior, W.C. & Reid, J. 2010. Uncertainties in Amazon hydropower development: Risk scenarios and environmental issues around the Belo Monte dam. *Water Alternatives* 3(2): 249-268.
- Sousa Júnior, W.C., Reid, J. & Leitão, N.C.S. 2006. *Custos e benefícios do Complexo Hidrelétrico Belo Monte: Uma abordagem econômico-ambiental*. Conservation Strategy Fund (CSF), Lagoa Santa, MG. 90 p. http://conservation-strategy.org/sites/default/files/field-file/4_Belo_Monte_Dam_Report_mar2006.pdf
- Stauffer, C. 2015. Eletrobras' corruption probe zeroes in on Brazilian dams. *Reuters* 07 de outubro de 2015. <http://www.reuters.com/article/brazil-eletrobras-idUSL1N1182SY20151007>
- Switkes, G. 2001. Leader of movement to stop Amazon dam murdered. *World Rivers Review* 16(5): 13. <https://www.internationalrivers.org/files/attached-files/wrr.v16.n5.pdf>
- Tempestade em Copo d'Água. 2011. Alunos da Unicamp apoiam Belo Monte em paródia com vídeo de globais Estudantes rebatem argumentos do vídeo dos globais e defendem a hidrelétrica de Belo Monte. *Youtube*, 26 de novembro de 2011. http://www.youtube.com/watch?v=gVC_Y9drhGo
- Terra TV. 2011. Belo Monte no Programa Sustentabilidade Debate busca esclarecer a grande polêmica do momento: A construção da hidrelétrica de Belo Monte. 06 de dezembro de 2011. Terra TV, São Paulo, SP. http://terratv.terra.com.br/videos/Noticias/Economia/Sustentabilidade/5180-393127/Sustentabilidade-Belo-Monte-06_12-Programa-completo.htm
- Veja. 2013. Custo da usina de Belo Monte já supera os R\$ 30 bilhões. *Veja*, 12 de maio de 2013. <http://veja.abril.com.br/noticia/economia/custo-da-usina-de-belo-monte-ja-supera-os-r-30-bilhoes>
- Villas-Bôas, A., Garzón, B.R., Reis, C., Amorim, L. & Leite, L. 2015. *Dossiê Belo Monte: Não Há Condições para a Licença de Operação*. Instituto Socioambiental (ISA), Brasília, DF. 55 pp. Disponível em: <http://t.co/zjnVPhPecW>
- Wade, R.H. 2011. *Boulevard of broken dreams: The inside story of the World Bank's Polonoroeste Road Project in Brazil's Amazon*. Grantham Research Institute on Climate Change and the Environment Working Paper No. 55. London School of Economics and Political Science, London, Reino Unido. 44 p. http://www.lse.ac.uk/GranthamInstitute/wp-content/uploads/2014/02/WP55_world-bank-road-project-brazil.pdf
- Zampier, D. 2010. Mais da metade das doações da campanha de Dilma vieram de 41 empresas. *Agência Brasil*, 30 de novembro de 2010. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2010-12-01/mais-da-metade-das-doacoes-da-campanha-de-dilma-vieram-de-41-empresas>